



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO RIO MUCURI-CBH MU1

No dia 09 de setembro de 2021, às 14:00 horas, conselheiros e convidados do CBH MU1, reuniram-se de forma virtual através do aplicativo Jitsi Meeting no <https://meet.jit.si/JustConfessionsSingAdorably>. Estavam presentes os conselheiros: **Representantes do Segmento Poder Público Estadual:** Túlio Bahia Alves (IGAM – suplente); Alan de Brito Silva (IMA - suplente); Cláudio Celso Soares (EMATER - titular) e seu suplente Domingos Darciano Pereira Barroso (SEDESE); Janaína Mendonça Pereira (SEMAD - titular) e seu suplente Antônio Marcos Pereira (IEF); **Representantes do Segmento Poder Público Municipal:** Tamires Aline Mol Santos (Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni - suplente); Perival Moreira dos Santos Júnior (Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés – titular) e seu suplente Camillo Caldas de Miranda (Prefeitura Municipal de Nanuque); **Representantes do Segmento Usuários:** Daiane Silva Cardoso (COOLVAM - titular) e sua suplente Renata Medrado Malthik (FIEMG); Aldo José Diniz (COPASA - titular) e seu suplente Ramon Queiroz Batista (COPASA); **Representantes do Segmento Sociedade Civil:** Ivan Carlos Carreiro Almeida (IFNMG - titular) e seu suplente Ricardo Antônio Andrade Santos (CREA); Deliene Fracete Gutierrez (Instituto Pauline Reichstul - suplente); José Aparecido de Oliveira Leite (UFVJM - titular) e seu suplente Luís Ricardo de Souza Corrêa (UFVJM); Álisson Bragança Silva (ABES - titular) e da secretária do CBH, Camila de Freitas Pereira. Tivemos como convidados presentes na reunião: Guilherme Alves Barroso (Projeto Nascentes do Mucuri); Luisa Ferolla (SEMAD); Gentil Ferraz (COPASA); Representantes da Profill: Sidnei Agra; Karina Agra; Vinicius Montenegro e Paola Marques Kuele e a representante do IGAM, Vanilda Dalmina dos Santos Moreira. O conselheiro Awderclaner após a reunião, pediu para justificar a sua ausência pelo fato de estar envolvido na inauguração do Quartel de 15 Cia PMMAmb que iria ocorrer no dia seguinte. A abertura foi conduzida pela presidente do comitê, Janaína Mendonça Pereira, que cumprimentou a todos e agradeceu aos participantes pela presteza em estar em busca de um território mais sustentável para promover uma melhor qualidade de vida. Janaína realizou uma breve descrição da minuta da ata da última reunião e em seguida perguntou se algum conselheiro desejava alterar ou corrigir algo no referido documento. Ivan perguntou quando irá começar os trabalhos da comissão de eleição e sobre o envio do ofício ao Instituto Estadual de Florestas para o retorno de doação de mudas arbóreas. Em relação à comissão eleitoral, Vanilda respondeu que o IGAM irá solicitar os dados dos conselheiros da comissão eleitoral para fazer o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Janaína informou que foi realizado o envio do ofício ao IEF. Em resposta a instituição informou que para solicitar as mudas arbóreas é necessário enviar um ofício via e-mail para avaliação e posteriormente poderá ocorrer a entrega das mudas arbóreas. Janaína disse que encaminhou essa resposta de ofício a todos os conselheiros e a todas as prefeituras do Mucuri. Antônio Marcos disse que qualquer novo direcionamento sobre a doação de mudas arbóreas será repassado. Janaína pediu ao Antônio Marcos para reforçar o pedido para agilizar a entrega de mudas arbóreas visto que as pessoas que trabalham no viveiro já estão vacinadas e considerar que há pessoas com dificuldade em preencher a descrição exigida sobre o plantio no formulário de solicitação. Antônio Marcos confirmou que essas informações serão

levadas a conhecimento para continuação das atividades do viveiro. Janaína submeteu a ata à votação e os conselheiros aprovaram o documento. Janaína passou a palavra para Sidnei (Profill). Sidnei apresentou a equipe da empresa presente na reunião, Vinicius, Karina e Paola realizou uma breve descrição das ações já realizadas e as futuras etapas da elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos D'água. Em seguida exibiu a estrutura do relatório 6 de alternativas de enquadramento constituído de 9 capítulos; e o relatório 7 das consultas públicas de alternativas de enquadramento com 5 capítulos. Túlio fez uma intervenção na apresentação para esclarecer que o IGAM irá solicitar a inserção de 2 colunas na matriz de enquadramento: as coordenadas geográficas do trecho (início e término) e o código da base hidrográfica ottocodificada. Sidnei disse que as 2 informações serão agregadas a matriz. Ivan perguntou qual a diferença da classe especial das demais classes. Sidnei respondeu que a classe especial da resolução do CONAMA é uma classe destinada à manutenção do rio na sua condição natural, ou seja, um rio é com ausência de qualquer tipo de intervenção. Nesse contexto, Sidnei falou que a sugestão é que as nascentes do rio Mucuri se tornassem uma unidade de conservação integral. Janaína falou que quando foi elaborado o plano de manejo da unidade de conservação foram realizados esses apontamentos. Sidnei exibiu os mapas da bacia que ilustram: o rio que temos, o rio que queremos e o rio que podemos ter. Na sequência apresentou a consolidação das alternativas que se dividem em: proposta 1 – proteção dos ambientes aquáticos e garantia de águas, em geral, em Classes 1 e 2; proposta 2 – conciliação de usos preponderantes com predomínio de classe 2. A estimativa de investimento na proposta 1 é de R\$ 130,03 milhões e a proposta 2 R\$ 110,91 milhões. Os próximos passos é fazer um programa de efetivação do enquadramento a partir da alternativa a ser detalhada elaborando metas e ações para garantir o cumprimento. Sidnei mostrou a agenda de eventos já concluídos e a serem realizados no período de 19/08 até 29/10. Sidnei concluiu sua apresentação e se colocou à disposição para sanar possíveis questionamentos. Ivan perguntou qual a tarefa do comitê em relação ao enquadramento. Sidnei respondeu que a solução para a efetivação do enquadramento passa pela remoção de carga poluidora principalmente das cidades, dessa forma é cobrar das prefeituras municipais, do estado e da união os investimentos nessa temática. Complementou que em função disso foi perguntado nas consultas quais os programas e/ou projetos existentes na bacia pois, estes colaboram também para melhoria da qualidade de água. Ivan perguntou se vai ter uma reunião com prefeitos e representantes do estado sobre o assunto. Sidnei respondeu que já houve na rodada anterior reuniões com as prefeituras e no caso do Mucuri foi uma reunião devido não ter nenhuma operação municipal de esgoto, todas são COPASA ou COPANOR. Assim como também houve uma reunião com a COPASA e COPANOR. Janaína parabenizou e agradeceu a equipe da Profill. Após passou a fala para a Luisa e ela agradeceu o convite pela apresentação e aproveitou a oportunidade para divulgar e convidar as instituições para se inscreverem no edital do banco de projetos em saneamento básico da SEMAD. Em seguida iniciou sua apresentação sobre a Regionalização do Saneamento Básico em Minas Gerais. Apresentou que é exigência da lei 14.026 - novo marco legal do saneamento básico, que até 15 de julho desse ano, deveriam ser estabelecidas as unidades regionais de saneamento básico, tendo como premissa a prestação regionalizada dos serviços com vistas à geração de ganhos de escala e a garantia da universalização da viabilidade técnica e econômico-financeira do serviço, caso contrário a união fará. Está previsto na lei que é facultativa adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico local as estruturas de prestação regionalizada dos serviços. O município tem a possibilidade de prestadores diferentes dentro do mesmo bloco e que deverá ter um mesmo regulador para toda a unidade regional. As premissas institucionais são: o fortalecimento da autonomia municipal, o fortalecimento dos consórcios existentes, foco na universalização dos serviços e estabelecimento de lei ordinária. Informou que foi realizada uma consulta pública no período de 05/05 a 21/05 que resultou em 157 contribuições e do total dos 27 artigos do anteprojeto 13 sofreram alterações após a consulta pública. Foi proposta a criação de 2 tipos de unidades regionais: unidades regionais de gestão de resíduos sólidos urbanos e de abastecimento e esgotamento sanitário. As premissas que foram utilizadas para construir as unidades regionais de gestão de resultados foram os consórcios públicos intermunicipais de resíduos e multifinalitários que já atuam na gestão consorciada de resíduos sólidos urbanos. Foram realizadas reuniões com empresas do ramo, houve a criação de um grupo de trabalho dentro do estado para discutir a proposta e foi feita uma análise de sustentabilidade econômica e financeira com o apoio do BDMG. Luisa destacou que não houve tempo hábil para fazer o estudo de cada unidade regional proposta para determinar a melhor rota tecnológica. A construção da unidade regional de abastecimento e esgotamento ocorreu de forma similar com a criação de alguns cenários, estrutura

de governança, realização de consulta pública e também está é o mesmo Projeto de lei e também está tramitando na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Inicialmente foi pensado as unidades regionais de abastecimento e de esgotamento, apenas com as bacias hidrográficas, considerando que elas seriam as unidades regionais de abastecimento e esgotamento e também prevê uma população de mínimo de 300 mil habitantes. Na sequência foi verificada a necessidade de analisar das estruturas compartilhadas existentes. Ao todo seriam 26 unidades regionais de abastecimento e esgotamento sanitário e com o apoio do BDMG e da ARSAE foi feita uma análise econômica financeira dessas unidades. Foram concluídas 22 unidades de abastecimento e esgotamento e 34 unidades de gestão de resíduos. Luisa encerrou sua apresentação e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento. Ivan perguntou como seria a regionalização do saneamento. Luisa respondeu que será um prestador e o custo será rateado, não haverá necessariamente o compartilhamento de infraestruturas, pois realmente não é possível. Ivan perguntou se ocorrerá a privatização dos serviços. Luisa respondeu que não necessariamente, pois poderá ter diferentes operadores. Ricardo perguntou se será um operador que irá garantir para todos o mesmo tipo de sistema de tratamento de água e esgoto. Luisa respondeu que é uma prestação regionalizada que pode ser uma concessão ou não a critério do titular. Em complemento será um regulador sendo que o prestador pode variar. Ricardo perguntou como ficaria a participação dos representantes da sociedade civil. Luisa respondeu que os representantes, eles estariam contemplados justamente dentro dos comitês de bacia. Ricardo perguntou se existe alguma possibilidade de conflito entre o Plano Diretor e o Enquadramento dos Recursos Hídricos do Mucuri com a localização de possíveis aterros sanitários. Luisa respondeu que os critérios locacionais devem seguir o que está disposto na DN 217. Janaína pediu a fala e explicou que em Teófilo Otoni/MG há um lixão, um problema histórico. No momento não existe nenhum edital para financiamento de aterro para o referido município fazer a gestão, pois há a geração de 150 toneladas por dia. O consórcio também não avançou, está sendo feito o trabalho de resgatar o consórcio com todas as possibilidades de regionalização. Independentemente dessa situação há 2 empresas interessadas em construir aterro sanitário em Teófilo Otoni/MG para atender a região toda do Mucuri e até uma parte do Jequitinhonha. Uma empresa já comprou uma propriedade e já iniciou o processo de licenciamento ambiental. Já a outra empresa ainda não encontrou a área passível para a construção do aterro. Luisa falou que a gestão de resíduos realmente é muito complexa, principalmente em regiões com escassez de empreendimentos. Tamires perguntou se será criada uma solução coletiva considerando que Teófilo Otoni/MG e municípios vizinhos não possuem aterro sanitário e como será na prática a regionalização do saneamento. Luisa respondeu que está sendo trabalhado o fortalecimento dos consórcios públicos para estar definindo as rotas tecnológicas. Será instituída as unidades, verificar como será a adesão por parte dos municípios e em seguida construir o planejamento específico para cada unidade regional de gestão de resíduos ou saneamento básico. Tamires perguntou se haverá alguma penalidade para os municípios que não aderirem à regionalização. Luisa respondeu que os municípios que não aderirem, não terão direito a acesso ao recurso da União. Janaína pediu para agendar uma reunião com o consorcio a fim de estimular os consorciados a se fortalecerem e Luisa concordou com a sugestão. Tamires disse que é muito importante ter um corpo técnico que atue para ajudar esses municípios, porque Teófilo Otoni/MG é um município grande e há dificuldades de executar as questões burocráticas e técnicas para fazer a destinação adequada dos resíduos. Ricardo destacou a falta de saneamento básico no meio rural e os problemas gerados por essa ausência, além disso, entende que é um desafio muito grande a resolução dessa questão. Luisa disse que acredita no esforço coletivo para superar os desafios e a questão foi muito bem colocada nas pré-conferências. Guilherme (Projeto Nascentes do Mucuri) falou que a realidade das comunidades rurais é bastante precária em relação a saneamento básico, em Teófilo Otoni/MG ainda tem lixão. A água e os alimentos são originados na área rural, se o campo estiver doente a cidade também ficará. Luisa falou que em relação ao assunto está sendo elaborado um projeto mais específico para o saneamento rural. Janaína falou que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente assumiu o trabalho do saneamento básico em Teófilo Otoni/MG e completou que a secretaria possui uma equipe multidisciplinar. Foi fortalecido o conselho municipal de saneamento promovendo a melhoria de esgotamento sanitário na zona rural, há uma parceria com o GEPAF com o projeto da fossa séptica; em 2 distritos está sendo instalada estações de tratamento de água. Janaína deixou como sugestão se o estado e/ou a união abrirem editais para potencializar e fomentar os projetos locais. Túlio perguntou se a regionalização será baseada no princípio do subsídio cruzado e se a tarifa será calculada de forma regionalizada. Luisa respondeu que o que deve ser contemplado é a tarifa social considerando a população de baixa renda, ou seja, visando atender as

diferenças sociais dentro do bloco. Em relação ao subsídio cruzado conforme o novo marco legal, este não será mais possível entre blocos. Ricardo perguntou se cada município pode ter um operador, corre o risco de algum município com menor poder de arrecadação não tem nenhum operador interessado. Luisa respondeu que a adesão é facultativa o município pode não aceitar, mas a lógica é que o serviço seja regionalizado. Janaína agradeceu a participação de Luisa. Em seguida falou de forma breve sobre os trabalhos do Programa “Juntos pelo Mucuri”. Houve a consolidação do grupo Agentes das Águas; foi realizada 50 inscrições e posteriormente houve uma reunião de alinhamento; após a reunião 25 pessoas assumiram o compromisso de trabalho. O Programa “Juntos pelo Mucuri” está em parceria com o Projeto Nascentes do Mucuri. Será realizada a 1ª capacitação dos Agentes das Águas no dia 22 de setembro e nesse dia os agentes receberão uma tarefa de identificar na sua localidade impactos, demandas e ações que podem ser potencializadas ou reprimidas se forem ações negativas para que possamos trabalhar no Comitê juntamente com esses agentes das Águas.. No eixo 2, um estudante de mestrado está desenvolvendo uma sistematização de informações. Há 4 Municípios da bacia que irão ter o Plano Municipal da Mata Atlântica elaborados em parceria com a Suzano e a SOS Mata Atlântica que é Malacacheta/MG, Ladainha/MG, Poté/MG e Teófilo Otoni/MG. A ONG Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri se classificou no edital e é ela que irá conduzir os trabalhos para elaboração dos planos no próximo ano. No eixo 3 está sendo desenvolvido o projeto de unidade demonstrativa que é o Projeto Rio Vivo aqui em Teófilo Otoni, que está trabalhando com a revitalização da bacia do córrego Piquiri. As ações contam com a parceria da UFVJM, IFNMG assim poderá ser um modelo para replicar em outros municípios. No eixo 4 houve adesão ao monitoramento do Observatório da Governança das Águas (OGA), haverá reunião da câmara técnica na próxima semana para iniciar a execução do trabalho. Houve a substituição da professora Izabel devido à licença maternidade pelo professor Luan. Janaína passou a palavra para Deliene para realizar a apresentação do projeto reconhecido pelo prêmio Alice Godinho pelas Águas, o projeto 10envolver Saneamento Básico Rural. Deliene relatou que o projeto foi originado a partir dos 12 anos de experiência do GEPAF - Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar da UFVJM. Desde 2016 atua com ações voltadas para esgotamento sanitário, o primeiro parceiro em 2016 foi o Instituto Pauline Reichstul. Além dessas parcerias há outras como o setor público, privado, sindicatos, associações de agricultores tendo o seu grupo de trabalho constituído por uma equipe interdisciplinar. O projeto é desenvolvido em 9 municípios da bacia: Itambacuri/MG, Setubinha/MG, Ouro Verde de Minas/MG, Teófilo Otoni/MG, Itaipé/MG, Novo Oriente de Minas/MG, Crisolita/MG, Bertópolis/MG e Monte Formoso/MG. O objetivo é promover o acesso ao saneamento básico a agricultores familiares em municípios do Vale do Mucuri e adjacências por meio da difusão das tecnologias sociais e do fomento de políticas públicas e da promoção da educação ambiental relacionadas ao saneamento básico rural, visando gerar impactos ambientais e sociais. A proposta realizada é a disseminação da fossa séptica biodigestora de placas através de ações de capacitação de potenciais disseminadores, implantação e monitoramento. Ivan perguntou o preço médio da fossa séptica. Deliene respondeu que o custo do material fica em torno de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00 reais. Ricardo complementou que o valor no total compreende também a equipe técnica, deslocamento e a capacitação entre outros. Os resultados do projeto foram: 23 fossas sépticas em 9 municípios, 190 pessoas capacitadas para a construção do sistema, 124.200 litros de esgoto tratados, entre outros. Ricardo falou de como é bom ouvir as pessoas relatando os benefícios que a fossa séptica gerou em suas vidas e que é necessário repensar a forma de se entender a questão financeira. Janaína falou que no Conselho Municipal de Saneamento Básico de Teófilo Otoni foi definido 2 comunidades para se implantar as fossas sépticas considerando os Caminhos Franciscanos e o Projeto Frutificar. Antônio Marcos perguntou se há a proposta de expandir o projeto da fossa séptica para outros municípios. Ricardo respondeu que há a necessidade de recursos financeiros para custear o deslocamento da equipe e a aquisição de materiais. Antônio Marcos perguntou quais os procedimentos para implementar o projeto em algum município. Ricardo respondeu que a primeira ação é apresentar o projeto aos parceiros e começar a conhecer a realidade local. Janaína destacou a importância do espaço para as instituições apresentarem seus projetos visto que isso gera o conhecimento e entendimento das ações na bacia e assim populariza e potencializa as ações existentes. Na sequência de forma resumida apresentou o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Teófilo Otoni. O plano foi idealizado considerando que a bacia possui os municípios com maior índice de desmatamento do nordeste mineiro. O projeto Promata 2 no IEF considerou que elaborar o plano seria uma estratégia interessante e começou a apoiar e escolheu a região com uma região pioneira devido a realidade do desmatamento. Foi

realizado um curso com os municípios líderes em desmatamento em 2015 e foi acordado que começar por Teófilo Otoni/MG seria uma boa estratégia. Essa ação foi realizada em 2015/2016 em Teófilo Otoni/MG. Na sequência houve a elaboração do diagnóstico com a análise dos fatores internos e externos para construir uma matriz FOFA nesse processo e foi identificada os principais impactos de cada comunidade pesquisada. Após estar pronto o plano foi apresentado na câmara para todos que participaram na elaboração e posteriormente foi apresentado e aprovado no CODEMA. O plano foi publicado como livro pela UFVJM. Janaína exibiu os mapas do plano que ilustram as áreas de preservação prioritárias em Teófilo Otoni/MG basicamente na APA do alto do Mucuri. No plano de ação contém ações de: desenvolvimento das atividades produtivas no município com foco em pecuária, fruticultura, apicultura, floricultura e também olericultura e o fortalecimento das festas culturais; regularização dos empreendimentos rurais e artesanais; criação de parques e arborização urbana; regulamentação e implantação dos planos e códigos municipais; implantação do plano municipal de saneamento básico; planejamento rural; educação ambiental e fiscalização sobre a prática do fogo. O plano está em média em mais de 80% de implementação, através de ações desenvolvidas como o projeto rural sustentável, o projeto de agroecologia do GEPAF, o fomento a fruticultura e agricultura, arborização de jardins, educação ambiental e ampliação da fiscalização. Destacou o projeto Viver Bem Teó, o projeto Frutificar, projeto Rio Vivo e a instalação do viveiro municipal. Janaína encerrou sua apresentação se colocando a disposição para esclarecimentos e deixou o espaço para os conselheiros se manifestarem e divulgarem suas informações. Túlio parabenizou ao Ricardo e a Deliene pelo projeto e a Janaína por sua apresentação. Antônio Marcos parabenizou a Janaína pelo seu trabalho e convidou a todos para participarem da semana florestal no período de 21 a 24 de setembro. Complementou que espera para logo em breve realizar as atividades de prevenção a incêndios florestais. Nada mais a tratar, Janaína Mendonça Pereira, deu por encerrada a presente reunião, da qual, eu, Daiane Silva Cardoso lavrei a presente Ata, que após lida será submetida à aprovação do Comitê. A reunião foi finalizada às 17h30min.

Ata da reunião aprovada em 02/12/2021

Janaína Mendonça Pereira – Presidente do CBH MU1

Daiane Silva Cardoso – Secretária do CBH MU1



Documento assinado eletronicamente por **Daiane Silva Cardoso, Secretária**, em 09/12/2021, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Mendonça Pereira, Presidente(a)**, em 09/12/2021, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39079314** e o código CRC **69C8C1FD**.

